

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL AMAPÁ-GUIANA FRANCESA: DESCONSTRUÇÕES FRONTEIRIÇAS E EXPECTATIVAS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO

Jadson Luís Rebelo Porto¹
Ivo Marcos Theis²

RESUMO

O Estado do Amapá localiza-se no norte do Brasil e possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, ampliaram-se investimentos públicos e privados que estimularam um maior uso do seu território e da des-re-construção da fronteira brasileira entre Brasil e França, pela Guiana Francesa. O uso do território amapaense como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos. Sua articulação espacial envolve dois momentos: o de relação *fronteiriça* e o de interação *transfronteiriça*. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do *efeito-barreira fronteiriço*. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, *ensaios de cooperação transfronteiriça*. Esta fronteira é a maior linde da França e as suas relações com o Brasil ainda assentam-se em expectativas e em ensaios de cooperações. Este trabalho parte do enfoque do desenvolvimento geográfico desigual, trabalhado por David Harvey, na tentativa de captar a espacialidade do desenvolvimento desigual da fronteira amapaense e a sua na nova formatação e uso após a 1990. Este trabalho visa discutir a construção da fronteira Amapá-Guiana Francesa como um território estratégico recomposto periférico e tardio.

Palavras-chaves: Amapá; Fronteira; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Platô das Guianas.

Mesa 15 – Territorio, Naturaleza y Alternativas al Desarrollo em América Latina

¹ Atualmente, em estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau; Geógrafo; Doutor em Economia pela Unicamp; Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Planejamento Regional e Urbano da Universidade Federal do Amapá. E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br.

² Economista; Doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha); professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau; e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, Email: ivo.theis@pq.cnpq.br.

Este artigo visa analisar a (des)construção da fronteira do Estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França) reconfigurando o uso do território lindeiro à medida que este estado apresentava-se cada vez mais conectado, articulado e acionado pelo capital privado e estimulado por políticas públicas. O Estado do Amapá é um dos mais recentes ente federativo do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988). Localiza-se à margem esquerda da foz do rio Amazonas, possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público.

Para a construção reflexiva sobre esta linde, adotou-se os conceitos de David Harvey (1990) sobre o “*Desenvolvimento Geográfico Desigual*” e de Milton Santos (1994; 1996) sobre a *natureza do espaço geográfico, o uso do território e o acontecer solidário e contraditório* que expõem as dinâmicas espaciais, suas interações e suas constantes reconfigurações territoriais em distintas construções históricas e econômicas.

As desconstruções fronteiriças amapaenses e a sua recente construção de relações transfronteiriças após o primeiro decênio do século XXI tem criado uma série de expectativas para os (novos) usos do território lindeiro com o platô das Guianas, a partir das conexões físicas por sistemas de engenharia (pontes, rodovias) e por ensaios de cooperações binacionais entre Brasil/França pela Guiana Francesa.

Adotar-se-á neste artigo a hipótese do Amapá como um *grande negócio* a partir de sua reconstrução histórica e econômica para se entender o seu comportamento de uso da fronteira como uma fronteira tardia historicamente reconstruída, reestruturada, resignificada e constantemente (re)inventada.

A construção deste artigo é composta por dois tópicos: O primeiro apresenta a construção histórica e geográfica desigual da condição fronteiriça amapaense; No segundo, discute-se a expansão da ocupação da fronteira amapaense como resultado de fenômenos geográficos estimulados por políticas públicas e por ações de capital privado externo.

A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA EM UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA DESIGUAL

Segundo Porto (2014) a construção da condição fronteira amapaense³ é embasada em três fatores: enquanto resultado de efeito-barreira; enquanto construção de efeito-cooperação e; integrante de uma economia mundo.

O primeiro fator expõe a construção histórica e geopolítica expansionista do período colonial e dos reflexos de tratados na Europa que afetassem as fronteiras francesas. Contudo, embora as barreiras diplomáticas ocorressem, relações econômicas e sociais locais no Platô das Guianas eram exercidas. Romani (2012) e Reis (1993) relatam as interações sociais e econômicas no norte amapaense e a Guiana Francesa no século XIX.

O segundo, retrata os ensaios recentes de cooperação em construção entre Amapá e Guiana Francesa. A construção desta cooperação, por enquanto é estimulada pela integração física entre esses espaços mediante a construção e pavimentação rodoviária Macapá/Caiena; a construção da ponte binacional no rio Oiapoque; a ampliação do sistema portuário de Santana (Amapá/Brasil) e; a construção institucional de relações de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa.

O terceiro, envolve as funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo; em como esses territórios se envolvem nas relações econômicas mundiais; as orientações para a formação e formatação desses territórios são de origem externa, a exemplo das ações de empresas internacionais que exploram seus recursos naturais ali instaladas, da grande *magnitude do Estado* em ambos territórios; à inserção da Guiana Francesa nas políticas da França e União Européia, como Departamento Ultramarino e Ultraperiferia, respectivamente; à inserção da Estação Espacial de Kourou, como um centro de altíssima tecnologia da União Européia; ao posicionamento geográfico na foz do rio Amazonas e no ambiente amazônico, cujo potencial biodiverso é elevada a enésima potência quando inserida técnica e tecnologia ao seu uso e exploração.

³ Porto (2010a, b, c; 2012 e 2014) identifica contextos territoriais que permitam a construção de um perfil de comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos capazes de (des)construir os usos do território fronteiro, tais como: possibilitar conflitos entre o tradicional e o moderno; garantir ações para a (re)organização espacial e não estipula atos para a sua execução; apresenta-se como um lócus de oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e; as novas modalidades deste uso, dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Com esses fatores, Porto (2014) expõe que a condição fronteira amapaense se apresenta como resultado de múltiplos fatores, são eles:

- de orientações externas e transoceânicas quanto à sua função territorial, enquanto fornecedor de *commodities* e enquanto vizinho (e subutilizado) de um espaço inserido em investimentos de altíssima tecnologia que extrapolam os interesses locais;
- de orientações externas ao contexto local, mas integrando orientações que perpassam pela soberania e políticas públicas nacionais;
- das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local-regional;
- do exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas;
- de acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida;
- de uma fronteira porosa, permeável, onde a população, mercadorias, drogas, ouro circulam sem o controle e a fiscalização do Estado;
- de acordos formais internacionais que envolvem: soberania (reconhecimento de fronteiras), meio ambiente (criação de Unidades de Conservação), e construção de novas cooperações internacionais de cunho sócio-econômico que visam ações integradas; e
- da recente necessidade de se construir políticas territoriais conjuntas e solidárias entre Amapá e Guiana Francesa.

A consequência do conjunto desses fatores é entendida por Porto (2014) que a fronteira amapaense é um composto híbrido *periférico/estratégico* ou *estratégico/periférico*, dependendo da construção analítica executada, embora em ambas situações se apresente *tardia*. Por um lado, é considerada na escala nacional como *periférica*, mas também é extremamente *estratégica* na internacional. Para o primeiro caso, considera-se a sua localização distante dos grandes centros econômicos e políticos do país. No segundo, considera-se a sua recente articulação com um membro integrante da União Européia (Guiana Francesa) e possui matérias-primas de elevado interesse mundial: Minérios, alimentos, biodiversidade, água potável e, mais recentemente (2013), a descoberta e intenção de exploração de petróleo na plataforma continental em frente à costa amapaense. A partir deste olhar *estratégico*, o espaço amapaense tem se comportado como um *grande negócio* em uma *fronteira tardia*.

Porto (2014) também apresenta uma série de fatores que expõem o comportamento da fronteira amapaense como *tardia*, tais como: a sua articulação em um mundo globalizado em rede, encadeado com outros macrossistemas já existentes e em construção; as articulações mundiais foram afetadas por uma série de crises econômicas (eminentemente financeiras) após a década de 1980; a inexistência de orientações legais, por vezes diplomáticas, envolvendo os dois lados da fronteira, embora haja articulações econômicas locais; a necessidade de constantes ajustes espaciais de diversas espécies e categorias; as construções de propostas de elevados investimentos em infra-estrutura após a década de 1990; as suas relações, são pensadas e legisladas à distância, cuja construção e articulações primam para atender o externo; a forte participação de capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais após a década de 1950; a sua inserção do comércio internacional, como vitrine de produtos; dentre outras.

Segundo Eliane Superti, em entrevista (2013), a (des)construção territorial de espaços fronteiriços não podem prescindir das ações do Estado como ator determinante para promoção de processos de configuração territorial, reestruturação produtiva, espacial, exploração de novos mercados, e integração nacional e internacional⁴. Estas ações e as manifestações da Estado foi analisado por Chelala (2008), as identificou como a *magnitude do Estado* sobre o espaço amapaense, caracterizando-a como “*grande, mas fraca*”.

Outro aspecto fundamental para a segurança e economia brasileira diz respeito à segurança biológica na faixa de fronteira⁵, onde o movimento de organismos nocivos e/ou de espécies exóticas pelo comércio ou pelas relações sociais locais e informais podem afetar investimentos econômicos de alimentos (frutas, verduras) pelo transporte desses organismos. Neste sentido, a fronteira como controle à invasão de espécies que afetam dinâmicas sócio-econômicas, com barreiras fitossanitárias, inserem o Amapá nas políticas estratégicas do país⁶.

⁴ Vários são as ações do Estado para construir a configuração territorial amapaense, tais como: a criação do Território Federal do Amapá, (1943), permitiu a instalação de investimentos em infraestruturas que estimularam reestruturações territoriais; os incentivos fiscais e financeiros para a exploração mineral, para regimes aduaneiros especiais; a criação espaços de restrição de uso do território (unidades de conservação e terras indígenas); e a lembrança de que o Estado do Amapá é um ente federativo fronteiriço, que ensaia em criar expectativas de cooperações transfronteiriça com a França/Guiana Francesa.

⁵ Segundo Lemos et. al. (2011, p. 120), “a *segurança biológica na faixa de fronteira visa instrumentalizar a gestão dessas áreas com atividades preventivas e coercitivas relacionadas aos riscos da introdução e dispersão de toxinas, enfermidades e pragas de animais e vegetais que possam provocar a erosão da biodiversidade, conduzindo a perdas de recursos genéticos e/ou biológicos (...)*.”

⁶ Lemos et. al (2011) e Silva et. al. (2011) relatam ações de prevenção de introdução de pragas é através do controle do trânsito de hospedeiros espécies exóticas invasoras, e o Estado do Amapá, por ser um ente fronteiriço, cuja linde apresenta-se bastante porosa quanto à circulação de pessoas e de mercadorias não são

Embora a condição de *tardia* seja bastante evidente para o espaço amapaense e a sua fronteira, para Porto, Superti e Silva (2014) esta fronteira se torna mais articulada e mais dinâmica, mais global. Até a década de 1960, o eixo rodoviário/ferroviário articulava o oeste amapaense com o litoral, ligando Serra do Navio ao Porto de Santana, na exportação de minérios. Na década de 1980, insere-se dois eixos de articulação. O primeiro foi a instalação do Complexo Industrial do Jari, no município de Almerim (PA) às margens do rio Jari (rio que separa o Estado do Pará do Amapá), exportando celulose, caulim, chegando exportar bauxita refratária na década de 1990. O segundo foi a conexão via rodoviária Oiapoque-Macapá, pela BR-156, acessando a fronteira Amapá-Guiana.

Porto, Superti e Silva (2014) também entendem que para o caso amapaense, a fronteira setentrional não se refere somente à fronteira continental. Pois a articulação efetiva que ocorre com a Guiana Francesa vai além da sua articulação física via infra-estrutura (estimulada após meados da década de 1990) e de conexão entre duas cidades-gêmeas. Esta conexão representa: interação com a zona do Euro; o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); conexão imediata com o espaço da OTAN; proximidade com área científica de ponta, pela estação espacial de Kouru (estação esta que é integrante de estratégias científicas da União Europeia); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana em relação ao porto guianense; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

Acrescente-se, nesta reflexão acima, que o Amapá é um espaço litorâneo, cuja articulação relacional com o externo remonta ao período colonial, mas sua maior intensidade de atividades econômicas por um sistema portuário é do pós 1950. segundo Castro e Porto (2007), a calagem do principal porto amapaense, localizado no município de Santana, é de 11 metros (Enquanto o porto de Belém (PA) possui 7 metros e o de Dégrad des-Cannes, na Guiana Francesa, se limita a 6 metros) e que é capaz de receber embarcações semelhante aos principais portos da América do Sul. Considerando que a partir dos portos o mundo é o limite, as relações entre os espaços transcontinentais ocorrem sem que haja a conectividade

controladas, há necessidade de uma segurança biológica contumaz sobre aos produtos que circulam nas interações espaciais transfronteiriças com o Amapá.

imediatas; ou seja, há uma conectividade relacional. Pelo porto de Santana, o espaço relacional do Amapá chega à China, segundo a sua pauta de exportações.

Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, Porto, Superti e Silva (2014) defendem a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteiriça com o vizinho francês será uma *relação inversa*, pois o Brasil, pelo Amapá, é vizinho à zona do Euro (moeda mais valorizada em relação ao Real), ou seja, as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira (PORTO, 2010a).

Assim, considerando a limitação deste porto e a condição portuária amapaense, o Estado do Amapá fortalece sua condição estratégica na fronteira, pois, apresenta um bom potencial de exploração, devido a:

a) sua localização geográfica estratégica, na foz do Amazonas, bem mais próxima do hemisfério Norte do que os portos do Sul do Brasil, permite a exportação da produção do Norte e do Centro-Oeste do País para os grandes mercados consumidores a preços mais competitivos (MMA, 2005. p 17).

b) à sua profundidade, que é suficiente para receber navios de grande porte, sem grande influência de marés - embora a barra norte do rio Amazonas esteja sob impacto expressivo das marés. O grande calado do porto de Santana faz com que seja um elemento chave do transporte intermodal.

c) o mar do Caribe possui muita influência de atividades meteorológicas intensas, furacões, que afetam a mobilidade marítima e as condições portuárias dos países caribenhos. O porto de Santana não possui influências dessas atividades meteorológicas.

Neste sentido, a ligação com o Amapá se apresenta como uma opção de acesso pelo porto de Santana que, além de oferecer uma alternativa para abastecimento e escoamento de mercadorias oriundas do Brasil, possui condições técnicas geográficas, geomorfológicas e climáticas atraentes para a economia do Platô das Guianas (CASTRO; PORTO, 2007; PORTO, 2012). É a partir do porto de Santana que a fronteira amapaense se mobiliza, pois as mercadorias e o movimento demográfico obrigatoriamente tem que passar pelas suas estruturas.

A reflexão da fronteira amapaense como *tardia*, não significa afirmar que seja ultrapassada, mas indica uma expectativa de inserção na economia-mundo moderno, pois detém todas as condições para se construir um território moderno e sustentável. O Estado do

Amapá é um espaço de oportunidades e de esperanças; é amazônico; é possuidor de biodiversidade variada e de minérios de interesse internacional, posicionando-o como estratégico; vizinho a um centro tecnológico (Centro Espacial de Kouru-Guiana Francesa); localizado na foz do rio Amazonas (fornecedor de alimentos); receptor de investimentos internacionais, que poderiam investir em agregação de valor dos produtos por eles extraídos.

A EXPANSÃO NA FRONTEIRA AMAPAENSE: DA POLÍTICA PÚBLICA A MATERIALIZAÇÃO DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS

Porto (2014), embasando-se nos conceitos de David Harvey (1990) sobre o “*Desenvolvimento Geográfico Desigual*” e de Milton Santos (1994; 1996) sobre a *natureza do espaço geográfico* e o *uso do território*, expõe que a análise sobre a fronteira deve ser efetivada a partir de reflexões sobre: como é usada; a construção de sua forma do território e do seu conteúdo; as distintas manifestações e configurações espaciais no tempo histórico e tecnológico; as manifestações de um *acontecer solidário e contraditório* que expressam a sua construção histórica e o uso do território; a manifestação de dois subsistemas do circuito da economia no espaço: o inferior e o superior; o contraste entre regiões vazias e as regiões onde se concentram as forças produtivas; as desiguais práticas exploratórias dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos; as diferenciações ambientais e as especializações territoriais, divisões do trabalho e diversidades regionais e; os conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas.

Tais leituras consolidam o entendimento de Ruckert e Rambo (2010), que a configuração da fronteira é multi-dimensional e multi-escalar. Acrescente-se, também, que para entender esta configuração, além dessas abordagens, devem ser consideradas as suas multi-temporalidades, suas análises multi-disciplinares e multi-focais.

Porto (2014), identifica vários fatores que expressam as manifestações dessas leituras para explicar a organização do espaço amapaense como desigual, contraditória, solidária e tardia. E considerando que oito municípios amapaenses são envolvidos na faixa de fronteira e representa 73% do Estado do Amapá, as análises sobre a sua organização espacial devem considerar a sua condição, a sua (des)construção fronteiriças e, mais recentemente, as mudanças de comportamento de usos do território limdeiro e de seu espaço relacional, criando expectativas para a sua transfronteirização .

Por ser um ente federativo fronteiro, litorâneo, amazônico e estratégico no contexto das relações entre blocos econômicos (Mercosul/União Européia) e militares (OTAN/Atlântico sul), a sua construção econômica recente tem se focado na busca de cooperações com a França, a partir da Guiana Francesa. Esta leitura multi-escalar é absolutamente pertinente para se escolher sobre qual tipo de desenvolvimento se quer para este Estado brasileiro.

Com a criação e/ou a manutenção de novas estruturas regionais na fronteira e a sua mudança de *relações fronteiriças* para *interações transfronteiriças*, as mudanças territoriais tendem a constantemente reorganizarem o território lindeiro. Assim, investe-se em infraestrutura física para a conexão espacial, visando a expansão geográfica, tornando a fronteira conectada, acionada, receptora de excedentes produzidos externamente que substitui a produção local, e gerando contradições da acumulação do capital.

Como exemplos de construção de conexões após a 2ª metade do século XX que permitiram o acionamento dos espaços amapaenses e de manifestação de fenômenos geográficos de expansão pelo capital, citam-se: a construção da BR-270, da ferrovia e do porto de Santana conectou o centro-oeste amapaense detentor de riquezas minerais ao cenário global em um primeiro momento (1950-1970); a construção da BR-156, conectando Macapá a Oiapoque e a Laranjal do Jari (1970-1991); A ampliação do porto de Santana (1996); a pavimentação do trecho norte da BR-156 (Macapá-Oiapoque) após 2010; a construção da ponte binacional no rio Oiapoque (2010) ; a instalação da banda larga via fibra ótica vinda da Guiana Francesa (2014); a construção do linhão de Tucuruí (2014).

Ou seja, o esforço do capital para derrubar qualquer barreira espacial não conectado e nem acionado é materializado nos investimentos em infra-estrutura física para a construção de interações espaciais, invenção de novos usos do território e invenção de/para vocações do território.

À medida em que as barreiras físicas impostas pelo espaço então desconectado foram derrubadas pelo capital (desmatamento, construindo rodovias, ferrovias, pontes e portos), as distâncias passaram a ser contadas pelo tempo de viagem e não a distância geográfica, em uma aniquilação do espaço através do tempo (HARVEY, 1998; 2006).

Couto *et. al.* (2006, p. 11) entendem que o comportamento dos investimentos no espaço amapaense indicam para fazer deste espaço um “*grande negócio*”. Porto (2014), por sua vez, identificou as seguintes manifestações deste *grande negócio* :

- Fornecedor de *commodities*: Exploração de minérios (Manganês, ouro, tantalita, como, caulim, ferro); de madeira de lei; de frutas exóticas regionais (Cupuaçú, Açaí, Castanha do Brasil); atuação da pesca industrial na foz do rio Amazonas.
- Vitrine de produtos industrializados: com a criação da ALCMS, passando a atuar com empresas importadoras no cenário amapaense, estimulando o setor de serviços mediante *incentivos fiscais*.
- Posição estratégica para articulação de redes: Localizado na foz do rio Amazonas onde ressalta dois aspectos: ser uma área produtora de alimentos (peixes) de interesse (inter)nacional; e possuir uma área portuária com calagem semelhante aos principais portos da América do Sul (Santos, Paranaguá, Montevidéu) e onde não é afetado por fenômenos meteorológicos intensos (furacões), como ocorre na região caribenha. Com a exploração mineral (pós-1950), instalação da ALCMS (1994) e da assinatura do Acordo-Quadro entre Brasil-França (1996), a estrutura portuária de Santana é a principal conexão externa com o sistema-mundo e estimuladora da fronteira-rede. Com isso, o Amapá tem se comportado como rota de passagem e ponto de distribuição do capital.
- Fornecedor de energia elétrica por 35 anos para o o centro-sul brasileiro quando a integração do sistema isolado elétrico amapaense for conectado ao sistema nacional pelo linha de Tucuruí, sendo a empresa EDP energias do Brasil atuando em duas bacias hidrográficas amapaenses (Araguari e Jari). A conexão será construída pela empresa espanhola Isolux. Em 2009, houve manifestação de interesse de investimento em uma PCH no rio Oiapoque pela empresa Francesa Voltalia.
- Encontra-se na área de influência de investimentos de políticas internacionais de infraestrutura: IIRSA (nos Eixos Amazonas e Escudo das Guianas), do INTERREG IV (PO Amazonie envolvendo Suriname, Guiana Francesa e Brasil – pelos Estados do Amapá, Pará e Amazonas) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro.
- Posição geográfica estratégica: Localizado na Amazônia, onde a biodiversidade garante uma opção variada de produtos, cuja potencialidade se inserida a técnica e a tecnologia, eleva-se esta potencialidade à enésima potência. A partir de 2004, na tentativa de aproveitar a ocorrência de Unidades de Conservação no Amapá e usá-la economicamente, começaram estudos para inserir este espaço nas relações financeiras de crédito de carbono, chegando a ser oferecido no mercado norte americano em 2009.

- Fronteira com a União Europeia. Três sistemas de engenharia são fundamentais para a articulação do Amapá com a Guiana Francesa (único representante e que usufrui de todas as diretrizes da política econômica da União Européia na América do Sul): A ponte binacional, a rodovia BR-156; e o Porto de Santana. Considerando que a moeda usada na Guiana Francesa, o Euro, é mais valorizada que a moeda brasileira, o Real, estima-se a inversão das relações da Guiana Francesa com a região do Caribe para o Brasil.

- A intenção de instalação do Distrito Industrial, no atual município de Santana mas sem um processo de industrialização efetiva⁷, na década de 1980 visou estabelecer uma alternativa às atividades manganíferas extrativas no Amapá em declínio. Contudo, os investimentos industriais neste espaço apresentaram-se muito tímidos na sua pauta de investimentos.

- Incentivos fiscais são oferecidos para atração de investimentos técnicos e tecnológicos ao Amapá, mas a falta de investimentos para se criar mão de obra no setor tecnológico, o não estímulo para se criar uma elite tecnificante e tecnificadora, os problemas infra-estruturais envolvendo aspectos energéticos, comunicações, banda larga, (aero)(rodo)viária e, portuária, tem reforçado a manutenção da construção de um desenvolvimento geográfico desigual, onde o Amapá ainda mantém seu status de fornecedor de *commodities*.

Ao se observar o comportamento da construção do uso do território amapaense, em suas ações econômicas e institucionais, enquanto Território Federal (1943-1988) e em 25 anos na condição de estado brasileiro (1988-2013), é possível identificar manifestações que são indicadas no quadro 1 (PORTO, 2014). Este quadro reforça a interpretação do Território Federal como: “*Estado em embrião*”; criação e construção de condicionantes espaciais amapaenses; estimulador para a reformatação da condição fronteiriça e a sua reconfiguração como tardia.

O que fica evidente é formatação tardia da fronteira amapaense, cuja maior frequência de ações econômicas e institucionais ocorreram após a sua estadualização, embora a gênese destas ações tivessem criadas e construídas enquanto Território Federal.

⁷ Embora no fosse efetivada, Edouard Urech elaborou um *Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá* (1955), em que previa a instalação de uma siderurgia em Macapá, a fim de beneficiar a extração de manganês de Serra do Navio.

Quadro 1 - Ações econômicas e institucionais do Amapá enquanto Território Federal e a após a sua estadualização (Continua)

Enquanto Territórios Federal (1943-1988)	Após Estadualização (pós-1988)
Acompanha as diretrizes normativas nacional. Orientação para seu funcionamento institucional pelo Decreto 411/1969.	Acompanha as diretrizes normativas nacional e cria suas próprias leis, como Estado. Orientações para seu funcionamento institucional pela Constituição Estadual (1991).
Investimento de capital internacional para criação e construção de condições para seu funcionamento: Grupo Caemi (Icomi, Brumasa, IRDA, Codepa, Amcel); Complexo Industrial do Jari.	Capital Internacional usa a infra-estrutura construída enquanto Território Federal.
Instalação de infra-estrutura: Rodovia, Ferrovia, Porto e energética (Termelétrica e hidrelétrica), para atender as necessidades do Grupo Caemi	Não há expansão infra-estrutural. Há reduzida manutenção e um mínimo de atualização. Exceto a infra-estrutura energética (mediante a construção das UHE de Ferreira Gomes, Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, e Santo Antônio, no rio Jari) para exportação energética e a instalação de banda larga.
Implantação de planos de governo previamente submetidos à aprovação do Ministério do Interior.	Planos de Governo submetidos à comunidade amapaense, inicialmente no período eleitoral. Após o sufrágio, construído com a equipe governamental.
Forte influência de ações do Governo Federal: Polamazônia; Calha Norte; Incra; Criação de unidades de conservação e de terras indígenas.	Forte influência de ações do Governo Federal: Calha Norte; Incra; Criação de unidades de conservação e de terras indígenas.
Espaço amapaense como <i>espaço de expansão</i> para o capital; criam-se e se constroem relações fronteiriças, conectando a fronteira setentrional amapaense, construindo e articulando o eixo Macapá-Oiapoque.	Espaço amapaense como <i>espaço de restrição</i> de uso do território, porém criam-se expectativas de relações transfronteiriças capazes de reinventar novos usos para a fronteira que afetarão as restrições indicadas e implantadas no território amapaense, mediante a conectividade e articulação no eixo Macapá (BR)-Caiena (Guiana Francesa).
Inexistência de planos econômicos até 1975, quando foram implantados Planos de Desenvolvimento quinquenais pelo Governo Federal: 1º e 2º Planos de Desenvolvimento do Amapá; Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá.	Implantação de Planos de Governo em substituição aos Planos de Desenvolvimento Quinquenais federais: Plano de Ação Governamental (1991-1994); Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (1995-2002); Amapá Produtivo (2004-2010); Pró-Amapá (pós-2012)
Ações econômicas implantadas por diplomas legais: Contrato de exploração de manganês; implantação do Distrito Industrial; oferta de incentivos fiscais.	Ações econômicas implantadas por diplomas legais: ALCMS; criação da Zona Franca Verde; oferta de incentivos fiscais.

**Quadro 1 - Ações econômicas e institucionais do Amapá enquanto Território Federal e a
após a sua estadualização (Final)**

Enquanto Territórios Federal (1943-1988)	Após Estadualização (pós-1988)
Ações de gestão do território implantadas por diplomas legais: O Território Federal em Faixa de fronteira; Determinação do Manganês como reserva Nacional; Criação de terras indígenas e de unidades de conservação. Gênese do espaço de restrição.	Ações de gestão do território implantadas por diplomas legais: o Território Federal em Faixa de fronteira; Criação de terras indígenas e de unidades de conservação; ampliação do espaço de restrição; Criação de leis estaduais de regulamentação do uso da biodiversidade amapaense.
Exploração aurífera por garimpo	Exploração aurífera por garimpo e mecanizada
Fronteira como: efeito-barreira; exposição de uma condição fronteiriça periférica; espaço de relações fronteiriças	Fronteira como: criação e construção de efeito-cooperação, construção de uma condição fronteiriça periférico-estratégica; construção de relações transfronteiriças; Tardia.
Manutenção de normas fronteiriças e de acordo diplomáticos	Necessidade de criação de novas normas transfronteiriças e novos acordos diplomáticos entre Brasil-França, envolvendo a Guiana Francesa.
Sistema portuário voltado para exportação de <i>commodities</i> ; para a escala nacional, configura-se o espaço amapaense como ponto de distribuição comercial fronteiriço.	Sistema portuário voltado para: exportação de <i>commodities</i> ; importação para a ALCMS; e criar expectativas para a conexão com o platô das Guianas, formatando o espaço amapaense como rota de passagem e como ponto de distribuição comercial transfronteiriço.
Construção da conectividade da fronteira mediante ações públicas nacionais.	Participação do espaço amapaense como parte envolvida em políticas internacionais de investimentos para integração do território, a exemplo do IIRSA e do INTERREG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste artigo, escolheu-se o entendimento do Amapá como um *grande negócio*, mediante à sua reconstrução histórica e econômica, a fim de compreender o comportamento de uso da fronteira como uma fronteira tardia historicamente reconstruída, reestruturada, resignificada e constantemente (re)inventada.

Com isso, defende-se, aqui, que a fronteira amapaense é uma construção externa; é um resultado de adaptações humanas; Participa de eventos de um acontecer solidário e contraditório que são expressos nos efeitos-barreira e nos de cooperação; e adota uma diretriz

que a identifica como um *território estratégico recomposto periférico e tardio*, onde o *território* delimita seu espaço de atuação; o *estratégico*, sua intenção de atuação; e o *recomposto*, no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas em cada momento histórico; *periférico* nos discursos de seus representantes e; *tardia* na criação/construção de condições e ajustes espaciais. Por isso, suas análises devem ser multifocal, multiescalar e multitemporal.

O uso do território amapaense evidencia:

- A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.
- O uso do território amapaense como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.
- É um espaço mutidimensional por se apresentar como um espaço: de atuação do/de estado; governamental; com investimentos públicos e privados; articulados em rede, inicialmente aproveitando as vias naturais potamográficas para acessar espaços e produtos amazônicos, posteriormente pelas construções de integração física por sistemas de engenharia.
- Sua articulação espacial é multi-escalar e envolve dois momentos: o de relação *fronteiriça* e o de interação *transfronteiriça*. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do *efeito-barreira fronteiriço*. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, *ensaios de cooperação transfronteiriça*.
- A condição fronteiriça amapaense tem sido efetivada pela sua construção social, histórica, geopolítica e geoeconômica desde o período colonial; de ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; a identificação das funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo.
- A fronteira amapaense se encontra em transição entre as *relações fronteiriças* para *interações transfronteiriça* decorrentes de novos usos do território após meados da década de 1990. Com isso, deverão ser revistas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira e construir um processo conjunto e dialogado de desenvolvimento regional, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas, em um acontecer solidário, embora ainda ocorra um acontecer contraditório entre esses espaços.

- A fronteira amapaense entre 2004 e 2013 se encontrava em um processo de transição de *efeito-barreira* para *efeito-cooperação*, em um comportamento híbrido, onde tem se apresentado um embrião de interação espacial transfronteiriço e ensaios de cooperação Brasil-França, representados pelo Amapá-Guiana Francesa, foram criados e estabelecidos.

REFERÊNCIAS.

CASTRO, M. L.; PORTO, J. L. R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. **Oikos** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 51-75, 2007.

CHELALA, C. **A Magnitude do Estado na Sócio-economia Amapaense**. Macapá: MDR/UNIFAP, 2008. Dissertação de Mestrado. Orientador: Jadson Luís Rebelo Porto.

COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. **Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas**: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

LEMONS, L. N.; PEREIRA, J. D. B.; SILVA, R. A.; MARSARO JR., A. L. Vulnerabilidade da faixa de fronteira do Brasil: Introdução de espécies invasoras exóticas. In: PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. **Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção**. Rio de Janeiro: Publit, 2011. p. 119- 142.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência Nacional de Águas. **A Navegação interior e sua interface com o Setor de Recursos Hídricos**. Brasília, MMA, 2005. disponível em www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/05%20Navega%E7%E3o/VF%20Navegacao.pdf .

PORTO, J. L. R. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.

_____. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. **Condicionantes construídos**: reflexões sobre as

transformações espaciais amapaenses. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).

_____. A Condição Fronteiriça Amapaense: Da Defesa Nacional à Integração (Inter)Nacional. In: NASCIMENTO, D. M. **Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades**. Belém (PA): (NAEA/UFPA), 2010a.

_____. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades /**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.

_____. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA/UFPA, 2010c, v. 1, p. 91-113.

_____. Expectativas da Fronteira da Amazônia Setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. N. **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2012.

_____. **Desenvolvimento Geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. Blumenau: PPDR/FURB, 2014. Tese de estágio de pós-doutoramento.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V.; Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional. In: SILVA, A. Z. B.; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. **Gestão pública e desenvolvimento regional**. Boa Vista: EDUFRR, 2014.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará; 15).

RIPPERT R. UPACCIM: La stratégie d'entente des ports ultramarins. In: **Revue le Développement**. n. 89. novembre 2003. p 14 -15 Cayenne : Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane. 2003.

ROMANI, C. **A história de uma conexão cultural caraíbo-amazônica no rio Oiapock**. S/l, 2012. Datil.

- _____.; RAMBO, A. Metodologia das escalas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. **Confins** (Paris), v. 8, p. 01-30, 2010
- SANTOS, M. O retorno do território? *In*: SANTOS, M. et al (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.
- _____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. Porto Alegre, 2008. 180 f., il., anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- _____. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI**. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. (Tese de doutorado). Orientadora: Lia Osório Machado. Coorientador: Jadson Luis Rebelo Porto.
- SILVA, R. A.; LEMOS, W. P. ; ZUCCHI, R. A. (Eds). **Moscas-das-frutas na Amazônia brasileira: diversidade, hospedeiros e inimigos naturais**. Macapá: Embrapa Amapá, 2011.
- URECH, E. **Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá** . Macapá: s. ed., 1955.